



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico  
CARTA**

CT.DFCE.0131/2024

Srs.

Welington Rocha / Márcio Luiz Borinelli

Diretor Presidente / Diretor Administrativo-Financeiro

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E  
FINANCEIRAS – FIPECAFI

Rua Maestro Cardim ,1170 - Edifício - Bela Vista

São Paulo - SP

CEP 01323-001

CONTRATO PE22023-01 – Designação de Gestor

Prezados Senhores,

Comunicamos a V.Sa. que a Sr. Mônica Martins de Araujo, Gerente de Controle Fiscal e Contábil - GFS, telefone (11) 3117-7161, será a responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,

CAMILO DOS SANTOS VASCONCELOS

Chefe do Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico

---



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Dos Santos Vasconcelos, Chefe De Departamento**, em 12/08/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0036309652** e o código CRC **D6F4B3C2**.

---



Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico  
Contrato

CONTRATO - PE22023-01 - CÓDIGO ÚNICO Nº 20231542978  
PROCESSO - PE22023 - 386.00012333/2023-90

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI** inscrita no C.N.P.J. sob nº 46.359.865/0001-40, com sede em Rua Maestro Cardim ,1170 - Edifício - Bela Vista, na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das

disposições do [Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM**, do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## 1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM.**

1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico - PE22023, bem como os seguintes:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Proposta da <b>CONTRATADA</b> ;
Anexo III	Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
Anexo IV	Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo V	Termo de Ciência e de Notificação.

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

## 3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço global**.

#### 4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico - PE22023, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S.

4.1.2 Os serviços serão executados preferencialmente nas instalações da **CONTRATADA** ou, excepcionalmente, na sede da **CPTM**, mediante horários previamente acordados entre as partes, a exceção dos *in loco*.

4.1.2.1 Em caso de necessidade de locomoção da equipe da **CONTRATADA** os custos de traslado e hospedagem serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.1.3 Visando o fiel cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, parte integrante do Anexo I - Termo de Referência, ocorrerão reuniões mensais para o gestor acompanhar o andamento dos trabalhos da **CONTRATADA**, que serão previamente agendadas pela **CPTM**.

4.1.4 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

#### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **15 (quinze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até **05 (cinco) dias** da data da assinatura do contrato.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do

atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

## 6. VALOR DO CONTRATO

6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), em abril/2024, mês-base dos preços.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

## 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **Programa de Trabalho nº 26783370746270000, Natureza da Despesa nº 339035, Origem dos Recursos 150140004 - Código ContabilizaSP nº 126098 - RAV nº 6110/2023.**

## 8. ENTREGA DE RELATÓRIOS

8.1 Os serviços objeto deste contrato serão agrupados em eventos e apontados por meio da entrega de relatórios, pela **CONTRATADA** à **CPTM**, devendo contemplar todos os serviços realizados no período e aprovados pela **CPTM**, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.

8.2 A **CONTRATADA** deverá elaborar os relatórios, após a conclusão de cada evento, indicando os correspondentes serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pelos mesmos.

8.3 Os relatórios relativos aos eventos deverão ser numerados sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.

8.4 Os relatórios relativos aos eventos deverão ser apresentados à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada evento.

8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência dos relatórios relativos aos eventos e a sua respectiva aprovação.

8.6 Os relatórios relativos aos eventos não aprovados pela **CPTM** serão devolvidos à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.

8.7 A devolução dos relatórios relativos aos eventos não aprovados pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

8.8 Na hipótese de devolução do relatório de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

9.1.1 Após a aprovação do relatório relativo ao evento e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da **CPTM**, via endereço eletrônico [DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br](mailto:DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br), o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.

9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço - O.S., o número do relatório e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.

9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.

9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF de cada evento, desde que aprovados o relatório relativo ao evento e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas entrega de relatórios e de

pagamento deste contrato.

9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução do relatório, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.

9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.

9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.

9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Gestor do contrato.

9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.

9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de



Bancos ou empresas de "factoring".

9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

## 10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_i / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P<sub>0</sub> = Preço na data base de referência do contrato;

A<sub>i</sub> = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês anterior ao da aplicação do reajuste de preços; e

A<sub>0</sub> = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês anterior ao da data base do contrato.

10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços – abril/2024.

10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.

10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.

10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.

10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

## 11. TRIBUTOS

11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos

subsequentes a ela efetuados.

11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.

11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.

11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.

11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.

11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.

11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.

11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.

11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.

11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.

11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CPTM

12.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

12.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.

12.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.

12.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.

12.1.4 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

12.1.5 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

13.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

13.1.1.1 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.

- 13.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 13.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 13.1.4 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 13.1.5 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.1.6 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 13.1.7 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 13.1.8 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 13.1.9 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 13.1.10 Respeitar as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da **CPTM** descritos na Norma NI.01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras de Terceiros, integrante do Anexo I - Termo de Referência, assim como às decorrentes das normas e regulamentos aplicáveis à **CPTM**.
- 13.1.11 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 13.1.12 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas

regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.13 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.

13.1.14 Comprometer a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela **CPTM**.

13.1.15 Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados para terceiros, nem facilitar, de qualquer maneira, tal divulgação.

13.1.16 Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pela **CPTM**, vedando a sua utilização.

13.1.17 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.

13.1.18 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.

13.1.19 Obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

13.1.20 Guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

## 14. PESSOAL

14.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser

denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

14.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos tributários, comerciais, ambientais, trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

14.3 Caso ocorra eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

14.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a **CONTRATADA**, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

14.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

## 15. FISCALIZAÇÃO

15.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.

15.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

15.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a

**CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.

15.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.

15.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.

15.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

## 16. PENALIDADES

16.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:

16.1.1 Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à **CPTM**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa;

16.1.2 Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20% (vinte por cento);

16.1.3 Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.

16.1.4 A totalidade das multas aplicadas a **CONTRATADA** não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023;

16.1.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CPTM**, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Artigo 247, inciso III do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

16.3 O pagamento das multas compensatórias não exige a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 248 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

16.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

16.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

## 17. RESCISÃO

17.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
- d) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- f) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- h) Razões de interesse público justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- i) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela **CONTRATADA**;
- j) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a



menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

k) A prática de atos lesivos à **CPTM** previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;

l) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

#### 17.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, mediante denúncia da **CONTRATADA**:

a) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da **CPTM**, por prazo superior a 3 (três) meses;

b) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

c) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela **CPTM** por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

17.3 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

17.4 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.

17.5 A rescisão consensual ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.

17.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, nos termos do disposto no artigo 187 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

17.7 As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 17.2 acima observarão as seguintes disposições:

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a **CONTRATADA** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da

situação.

17.8 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 189 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

## 18. ALTERAÇÕES

18.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 173 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

18.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

18.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

18.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 18.2.

18.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 177 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

## 19. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

19.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

## 20. GARANTIA TÉCNICA

20.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.

20.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.

20.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a

qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.

## 21. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.

21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.

21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.

21.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.

21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

## 22. DIREITOS AUTORAIS

22.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

22.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:

22.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;

22.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

22.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços

previstos no contrato.

22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.

22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

## **23. COMUNICAÇÕES**

23.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

### **CPTM:**

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

RUA BOA VISTA, 185 - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO - PE22023-01

### **CONTRATADA:**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI**

RUA MAESTRO CARDIM ,1170 - EDIFÍCIO - BELA VISTA

SÃO PAULO / SP

CEP 01323-001

CONTRATO - PE22023-01

CONTATO WELINGTON ROCHA / MÁRCIO LUIZ BORINELLI

TEL/FAX (11) 2184-2000

E-MAIL [welington.rocha@fipecafi.org](mailto:welington.rocha@fipecafi.org) / [marcio.borinelli@fipecafi.org](mailto:marcio.borinelli@fipecafi.org)

23.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

23.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

## **24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

24.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 180 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04

de dezembro de 2023.

24.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.

24.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.

24.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

## 25. NOVAÇÃO

25.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

## 26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

26.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto no Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

## 27. VINCULAÇÃO

27.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico - **PE22023** e à proposta da **CONTRATADA**.

## 28. FORO

28.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Diretora Administrativa e Financeira

ana.borges@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 003.938.371-73

RG Nº 429674-9

JOSÉ MARCOS MIZIARA FILHO  
Diretor de Planejamento e Novos Negócios  
marcos.miziara@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº 046.031.636-22  
RG Nº 10.409.962

MÔNICA MARTINS DE ARAUJO  
Gerente de Controle Fiscal e Contábil  
monica.araujo@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº 089.716.958-11  
RG Nº 15.226.002

Pela **CONTRATADA**:

WELINGTON ROCHA  
Diretor Presidente  
welington.rocha@fipecafi.org  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº 559.900.108-34  
RG Nº 4.310.090-9

MÁRCIO LUIZ BORINELLI  
Diretor Administrativo-Financeiro  
marcio.borinelli@fipecafi.org  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº 695.759.329-00  
RG Nº 52.577.926

**TESTEMUNHAS:**

FLAVIA ZAMPIERI RODRIGUES  
Analista de Processos de Contratação

ALEXANDRE FRANCISCO  
Assistente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Rocha, Usuário Externo**, em 02/08/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Luiz Borinelli, Usuário Externo**, em 06/08/2024, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Francisco, Assistente Administrativo**, em 07/08/2024, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual](#)



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Zampieri Rodrigues, ANL De Processos De Contratacao**, em 07/08/2024, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Martins De Araujo, Gerente**, em 09/08/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Marcos Miziara Filho, Diretor**, em 09/08/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges, Diretor**, em 09/08/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0026889095** e o código CRC **BF0FB4AE**.

# **ANEXO I**

## **Termo de Referência**



**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - PE22023**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

- 1.1 Prestação de serviços para a emissão de laudo de avaliação de valor com fundamentação de cunho contábil e societário, acompanhado de parecer técnico sobre a viabilidade e as condições para proceder sua incorporação ao patrimônio da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por meio de aporte de capital em bens e para a emissão de parecer técnico sobre saldo contábil remanescente, ambos incluindo a definição dos procedimentos contábeis a serem adotados para a sua destinação na Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e na CPTM.

**2. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

- 2.1 Avaliação e mensuração de 73 (setenta e três) trens, 02 (dois) simuladores, respectivas peças sobressalentes e dos ativos derivados das obras de fornecimento e instalação de vias permanentes e sistemas, adquiridos pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM para uso na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, culminando com a emissão dos respectivos laudos de avaliação de valor dos bens dos contratos descritos nas Tabelas 1 e 2, com fundamentação de cunho contábil e societário:

Contrato	Empresa	Natureza da Operação	Valor (P0) R\$ 1,00
808 513 201 100	Consórcio Hyundai Rotem Série 9500	Fornecimento de 30 (trinta) trens, totalizando 240 (duzentos e quarenta) carros, 01 simulador e peças sobressalentes.	R\$ 788.199.216,09
808 513 201 101	Caf Industria e Comércio Ltda - Série 8500	Fornecimento de 35 (trinta e cinco) trens, totalizando 280 (duzentos e oitenta) carros, 01 simulador e peças sobressalentes.	R\$ 1.010.822.474,92
STM005/2017	Consórcio Temoinsa- Sifang - Série 2500	Fornecimento de 8 (oito) trens, totalizando 64 (sessenta e quatro) carros e peças sobressalentes.	R\$ 315.598.891,22
<b>Total</b>			<b>R\$ 2.114.620.582,23</b>

**Tabela 1** - Contratos firmados pelo Estado de São Paulo, por meio da STM, para aquisição de trens, simuladores e sobressalentes, nos quais a CPTM é parte integrante como "interveniente/gerenciadora".

Contrato	Empresa	Natureza da Operação	Valor (P0) R\$ 1,00
STM008/2008	Consórcio Union/Switch/Efacec	Fornecimento e instalação de sistemas de sinalização de via, controle de tráfego, telecomunicações e suprimentos de energia elétrica para as linhas 7 - Rubi e 12 - Safira da CPTM.	R\$ 217.328.469,45
STM010/2009	Mendes Júnior Trading e Engenharia	Fornecimento e instalação de via permanente e sistema de suprimento de energia catenária de tração entre o km 00+100 e km 13+365 para a linha a -07-rubi - lote 01.	R\$ 166.745.877,58
STM011/2009	Consórcio Iesa/Consbem/Serveng	Fornecimento e instalação de via permanente e sistema de suprimento de energia catenária de tração entre o km 13+365e km 39+500 e patio de estacionamento de trem em Francisco Morato entre km 38+000 e 38+000 e 38+500 para a linha a - 7 Rubi - lote 02.	R\$ 219.006.392,08
STM012/2009	Consórcio Energ	Fornecimento e instalação de via permanente e sistema de suprimento de energia catenária de tração entre o km+02+110 e km 41+240 e patio de estacionamento de trem em Manoel Feio entre km 32+100 e 32+800 para a linha f-12 Safira - lote 03.	R\$ 218.282.503,44
<b>Total</b>			<b>R\$ 821.363.242,55</b>

**Tabela 2** - Contratos firmados pelo Estado de São Paulo, por meio da STM, para aquisição e instalação de vias permanente e sistemas, nos quais a CPTM é parte integrante como "interveniente/gerenciadora".

- 2.2 Avaliação e mensuração dos saldos contábeis remanescentes no Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM dos contratos descritos na Tabela 3, culminando com a emissão de parecer técnico a respeito do tratamento contábil a ser dispensado, tanto pela STM como pela CPTM, em relação aos referidos saldos:

Contrato	Empresa	Natureza da Operação
STM 009/2008 (CPTM 3834722011)	CAF Espanha	Fornecimento de 40 Trens com 08 carros cada para a CPTM
STM 002/2009 (CPTM 8057822011)	CAF Espanha	Fornecimento de 08 Trens com 08 carros cada para a CPTM
STM 003/2010 (CPTM 8216092011)	Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda.	Fornecimento de 09 Trens com 08 carros cada para a CPTM

**Tabela 3** - Contratos que se referem a 57 (cinquenta e sete) trens adquiridos pela STM e que possuem saldos remanescentes no SIAFEM.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO

- 3.1 A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, é empresa pública sediada na Capital do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 1992, vinculada à Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e na condição

de empresa dependente, sujeita-se às regras da administração pública no tocante à Lei nº 4.320, de 1964 e a Lei Complementar nº 101, de 2000.

- 3.2 Constituída na forma de sociedade por ações, de capital fechado, a CPTM é regida pelo seu Estatuto Social e pelas Leis Federais nºs 6.404, de 1976, 13.303, de 2016 e 11.638, de 2007, tem como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo.
- 3.3 A Lei nº 11.638, de 2007, trouxe alterações relevantes ao contexto contábil, com o objetivo adequar as Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS (International Financial Reporting Standards). Nas inovações, a gestão e o controle patrimonial passaram a exercer um papel fundamental no sistema de controles internos das entidades, com o consequente maior rigor quanto à aplicação de procedimentos de asseguuração por parte das empresas de auditoria e órgãos reguladores.
- 3.4 Neste contexto é que se sustenta a contratação em referência, a partir do fato do acionista majoritário da CPTM, o Estado de São Paulo, ter firmado contratos para aquisição de 73 (setenta e três) trens, 02 (dois) simuladores, peças sobressalentes, obras de fornecimento e instalação de vias permanentes e sistemas, através da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, tendo a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, como Interviente/Gerenciadora.
- 3.5 Considerando que mencionados bens, obras e sistemas são utilizados na operação comercial da CPTM, faz-se necessário que sejam incorporados ao seu patrimônio - conforme o caso, no Ativo Não Circulante (Imobilizado) ou no Ativo Circulante (Estoque) - pois o fato dos registros patrimoniais estarem na STM e a posse e usufruto dos benefícios econômicos (receitas) na CPTM caracteriza uma assimetria contábil relevante. Tal fato foi constatado pela Auditoria Independente que ressaltou suas Demonstrações Contábeis de 2020, 2021 e 2022 que, para maior clareza, transcreve-se a seguir a ressalva de 2022:

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 73 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O valor residual desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 1.936.551.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 253.867.000. (R\$ 1.985.849.000 e R\$ 197.825.000 de custo líquido e depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa de seu controlador Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados em R\$ 1.936.551.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 253.867.000, sendo que o resultado do período está superavaliado em R\$ 56.042.000 em 31 de dezembro de 2022.*

- 3.6 A solução para correção desta assimetria contábil é incorporar tais bens ao patrimônio da CPTM mediante o aumento do capital em bens a ser realizado pelo seu controlador, o Governo do Estado de São Paulo, nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 1976, sendo obrigatória a emissão de laudos de avaliação de valor. Note-se que foi o procedimento aplicado na 48ª Assembleia Geral Extraordinária -

AGE de 28/11/2017, quando da incorporação de 57 (cinquenta e sete) trens e respectivos sobressalentes, adquiridos nestas mesmas condições.

- 3.7 Assim sendo, aludidos laudos de avaliação de valor têm por propósito fundamentar tecnicamente os atos societários que se pretendem realizar para o aumento do capital da CPTM através de aporte em bens e obras realizadas por seu controlador, o Governo do Estado de São Paulo, devendo ser elaborados nos termos do art. 8º da Lei nº 6.404, de 1976, do seguinte teor:

*Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.*

*§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembleia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.*

*§ 2º Se o subscritor aceitar o valor aprovado pela assembleia, os bens incorporar-se-ão ao patrimônio da companhia, competindo aos primeiros diretores cumprir as formalidades necessárias à respectiva transmissão.*

*§ 3º Se a assembleia não aprovar a avaliação, ou o subscritor não aceitar a avaliação aprovada, ficará sem efeito o projeto de constituição da companhia.*

*§ 4º Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.*

*(...)*

- 3.8 Ademais, destaca-se que quando da elaboração do laudo de avaliação de 2017, os 57 trens e peças sobressalentes ainda não haviam sido integralmente pagos e, por conseguinte, esse valor remanescente não foi considerado no laudo. Resta, pois, um saldo na conta contábil do SIAFEM da STM pendente de regularização.
- 3.9 O parecer técnico contábil requerido tem escopo abordar a melhor maneira de realizar o ajuste, preservando tanto a STM como a própria CPTM.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO**

- 4.1 A CONTRATADA deve empregar metodologia compatível com os objetivos da contratação, embasados em relatórios bem fundamentados conforme legislação pertinente e boas práticas de contabilidade pública e societária vigentes.
- 4.2 Para a emissão dos laudos de avaliação de valor cabe à CONTRATADA a observância irrestrita dos termos previstos no art. 8º da Lei nº 6.404, de 1976, que, em suma, determina a avaliação dos bens por 3 (três) peritos ou empresa especializada, nomeados em assembleia geral, devendo ser observado:

- 4.2.1 O Comunicado Técnico do IBRACON (Instituto dos Auditores

Independentes do Brasil) nº 03/2014 - Laudo de Avaliação emitido por Auditor Independente; ou

4.2.2 A Norma Brasileira de Contabilidade CFC/CTG Nº 2002 de 2018 - CTG 2002 - Laudo de Avaliação emitido por Contador; e

4.2.3 Os termos da Norma Brasileira da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 14653-1:2019 - Avaliação de Bens.

*A abordagem de valor de uma avaliação depende de seu objetivo e finalidade. As principais abordagens de valor dizem respeito à identificação do valor de mercado e de valores com características específicas.*

*(ABNT NBR 14653-1:2019 - 0.3 Abordagens de valor).*

4.3 Os laudos devem ser fundamentados a partir dos critérios que consubstanciam sua elaboração, dos elementos de comparação aplicados bem como instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados, de forma a dar fundamentação técnica aos atos societários que a Fazenda do Estado de São Paulo pretende realizar para aumentar o capital na CPTM.

4.4 Deve-se ressaltar que os bens envolvidos nesta transação são, por vezes, classificados como ativo imobilizado, cujo critério de avaliação corresponde ao custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização e exaustão, como preceitua o art. 183, V, da Lei nº 6404, de 1976 e o CPC 27 - Ativo Imobilizado.

4.5 A avaliação deve considerar também que o valor contabilizado deve estar limitado à sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Ou seja, esse ativo não pode estar reconhecido no balanço por um valor superior ao seu valor recuperável.

4.6 De outro lado, se por alguma circunstância específica houver dúvida sobre a capacidade de se recuperar o valor contábil do ativo, procedimentos contábeis próprios devem ser adotados com vistas ao reconhecimento de uma perda por valor não recuperável, com base no que prescreve o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

4.7 Como base de sustentação do laudo de avaliação de valor a ser emitido, devem ser realizados levantamentos de constatação física e das condições operacionais de todos os bens objeto deste Termo de Referência, conforme preceitua o item 6.3 da NBR 14653-1:2019 - Vistoria do bem avaliando.

4.8 Nestes termos, os bens deverão ser mensurados, avaliados e atestados por profissionais capacitados e credenciados junto aos respectivos órgãos de classe.

4.9 Na detecção de bens sem condições de transferência à CPTM, a CONTRATADA deve emitir opinião a respeito do tratamento contábil a ser dispensado tanto na STM como na CPTM, motivados por eventos supervenientes que impeçam seu uso ou pleno funcionamento, constatados quando de sua avaliação e vistoria, bem como por impedimentos fiscais.

4.10 Para a emissão de parecer técnico sobre o tratamento contábil a ser dispensado tanto na STM como na CPTM, em relação aos saldos remanescentes no SIAFEM

decorrentes dos fluxos financeiros havidos após a incorporação dos respectivos bens, a CONTRATADA deve emitir opinião com base nas normas e legislação da contabilidade pública (administração pública direta) e da contabilidade societária (administração pública indireta).

- 4.11 Neste contexto, advirta-se que representante da CONTRATADA e os responsáveis não apenas pela emissão dos laudos de avaliação de valor, mas pelo parecer técnico sobre os saldos remanescentes devem estar presentes à assembleia que deliberar sobre os laudos, bem como à todas as reuniões preliminares realizadas com os órgãos superiores deliberativos, a fim de prestar as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados.

## **5. DETALHAMENTO DAS ENTREGAS ESPERADAS**

- 5.1 Plano de Trabalho - Detalhamento das atividades que serão desenvolvidas pela CONTRATADA, objetivando cumprir os prazos previstos no cronograma físico-financeiro, anexo deste Termo de Referência, previamente discutido e aprovado pela CPTM:

5.1.1 Definição da metodologia a ser aplicada para a mensuração e emissão dos laudos de avaliação de valor dos bens objeto dos contratos relacionados nas Tabelas 1 e 2;

5.1.2 Definição da metodologia a ser aplicada para a mensuração e emissão de parecer técnico sobre os saldos contábeis remanescentes no Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM dos contratos descritos na Tabela 3;

5.1.3 Cronograma detalhado das atividades e os respectivos responsáveis, demonstrando especialmente os itens abaixo:

5.1.3.1 Levantamento junto à STM de dados e informações dos contratos relacionados nas Tabelas 1, 2 e 3;

5.1.3.2 Levantamento junto à CPTM de dados e informações sobre os bens objeto dos contratos relacionados nas Tabela 1, 2 e 3;

5.1.3.3 Vistoria física dos 73 (setenta e três) trens, 02 (dois) simuladores, respectivas peças sobressalentes e dos ativos derivados das obras de fornecimento e instalação de vias permanentes e sistemas, adquiridos pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM para uso na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

- 5.2 Parecer técnico a respeito do tratamento contábil a ser dispensado, tanto pela STM como pela CPTM, aos saldos contábeis remanescentes no Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM dos contratos descritos na Tabela 3. Este parecer deve contemplar os critérios e a mensuração dos saldos remanescentes, a definição de procedimentos a serem adotados para a regularidade deles, embasados e fundamentados na legislação, normas e boas práticas da contabilidade pública e societária vigentes;

- 5.3 Relatório técnico descrevendo os critérios, a metodologia e os procedimentos que nortearam a avaliação e mensuração dos bens, com o respectivo embasamento técnico e legal de sustentação do valor aferido e atribuído aos bens dos contratos



descritos nas Tabelas 1 e 2. Este relatório pormenorizado e opinativo deve orientar quanto aos procedimentos/ações, tanto na STM quanto na CPTM, objetivando a regularidade dos registros contábeis, em decorrência de eventos supervenientes que tenham sido constatados a partir dos levantamentos físicos realizados, da respectiva constatação operacional bem como por restrições fiscais, que não permitam o reconhecimento dos bens pela Companhia, assim como de possíveis fluxos financeiros futuros e quaisquer situações que não permitam a transferência imediata do bem;

- 5.4 Laudo de avaliação de valor dos bens dos contratos descritos nas Tabelas 1 e 2;
- 5.5 Assessoria em reuniões de alinhamento e deliberativas junto a Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, Conselho Fiscal - CF, Conselho de Administração - CA, Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e, por fim, Acionistas em Assembleia Geral. Essa assessoria durante a vigência do contrato, pode ser acionada quando da necessidade de esclarecimentos aos administradores da Companhia, considerando, inclusive, a presença de responsável pela emissão dos laudos;
- 5.6 Assessoria técnica, com emissão de parecer, a respeito do tratamento contábil a ser dispensado, pela STM e pela CPTM, especialmente no que tange aos lançamentos no SIAFEM, em relação ao aporte de capital em bens, cujos laudos de avaliação de valor tenham sido aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e, por fim;
- 5.7 Relatório de ajuste de pendências, finalização dos trabalhos e encerramento do contrato.

## **6. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

- 6.1 Dada a singularidade e complexidade do objeto desta contratação, deverá a CONTRATADA possuir evidente e notória expertise no segmento, demonstrando, de forma inequívoca ter executado satisfatoriamente, serviços pertinentes e compatíveis com o objeto pretendido.
- 6.2 Outrossim, deverá a CONTRATADA, comprovar alta capacitação e especialização profissional de seu corpo técnico, mediante a apresentação de currículos, certificados, diplomas ou instrumentos equivalentes, que evidenciem inquestionável experiência e aptidão ao desempenho do objeto, o que deixa evidenciada a alta qualificação de seu corpo técnico.
- 6.3 A experiência mínima requerida da equipe técnica será:
  - 6.3.1 Coordenador Geral: deverá ser bacharel em Ciências Contábeis com formação mínima comprovada de 10 (dez) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em empresas compatíveis em porte com a CPTM;
  - 6.3.2 Coordenador Técnico - Contabilidade Societária: deverá ser bacharel em Ciências Contábeis com formação mínima comprovada de 5 (cinco) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em empresas da administração pública, sujeitas às regras da Lei 6.404/76;

- 6.3.3 Coordenador Técnico - Contabilidade Pública: deverá ser bacharel em Ciências Contábeis com formação mínima comprovada de 5 (cinco) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em órgãos da administração pública, sujeitos às regras da Lei 4.320/00;
- 6.3.4 Coordenador Técnico - Engenheiro: deverá ser bacharel em Engenharia Civil com formação mínima comprovada de 5 (cinco) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em elaboração de laudo de avaliação de valor de bens;
- 6.3.5 Coordenador Técnico - Engenheiro: deverá ser bacharel em Engenharia Mecânica com formação mínima comprovada de 5 (cinco) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em elaboração de laudo de avaliação de valor de bens;
- 6.3.6 Coordenador Técnico - Engenheiro: deverá ser bacharel em Engenharia Elétrica com formação mínima comprovada de 5 (cinco) anos, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e possuir experiência comprovada de atuação em prestação de serviços em elaboração de laudo de avaliação de valor de bens.
- 6.4 O Coordenador Geral representará a CONTRATADA nas reuniões de planejamento, assessoria e alinhamento com a CPTM, bem como, junto à Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, Conselho Fiscal - CF, Conselho de Administração - CA, Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e, por fim, Acionistas em Assembleia Geral.
- 6.5 Os Coordenadores Técnicos, Responsáveis Técnicos em suas especialidades, deverão acompanhar os trabalhos de campo das suas equipes de contadores e engenheiros, seja no levantamento de dados e informações dos contratos, seja na vistoria física dos bens, objeto desta contratação, bem como, deverão estar presentes nas reuniões de planejamento e alinhamento dos trabalhos, bem como em outras reuniões, quando solicitado.
- 6.6 Orientações sobre as comprovações dos profissionais:
- a) As exigências para a qualificação dos profissionais listados pela PROPONENTE em sua Relação do pessoal técnico especializado, conforme Modelo - Disponibilidade de Profissionais, parte integrante deste Termo de Referência, deverão ser comprovadas com a documentação competente prevista no quadro abaixo:

<b>Documentação Comprobatória Hábil - por função</b>	
<b>Coordenador Geral</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.



<b>Coordenador Geral</b>	
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos especializados para a emissão de laudo de avaliação de valor de bens com fundamentação de cunho contábil e societário visando aporte de capital de forma bem-sucedida;</li> <li>ou</li> <li>Cópia de pareceres, relatórios ou laudos de avaliação de valor de bens com fundamentação de cunho contábil e societário visando aporte de capital, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de empresas com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Ciências Contábeis, que comprove formação mínima de 10 (dez) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);</li> <li>Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).</li> </ul>
<b>Coordenador Técnico - Contabilidade Societária</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos de contabilidade em empresa sujeita às regras da Lei 6.404/76;</li> <li>ou</li> <li>Cópia de pareceres ou relatórios de serviços de natureza contábil, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, sujeitas às regras da Lei 6.404/76.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Ciências Contábeis, que comprove formação mínima de 5 (cinco) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);</li> <li>Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).</li> </ul>
<b>Coordenador Técnico - Contabilidade Pública</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos de contabilidade em órgãos da administração pública, sujeitos às regras da Lei 4.320/00;</li> <li>ou</li> <li>Cópia de pareceres ou relatórios de serviços de natureza contábil, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de órgãos da administração pública, sujeitos às regras da Lei 4.320/00.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Ciências Contábeis, que comprove formação mínima de 5 (cinco) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);</li> <li>Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).</li> </ul>
<b>Coordenador Técnico - Engenheiro</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

<b>Coordenador Técnico - Engenheiro</b>	
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos especializados para a emissão de laudo de avaliação de valor de bens; ou</li> <li>Cópia de pareceres, relatórios ou laudos de avaliação de valor de bens, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Engenharia Civil, que comprove formação mínima de 5 (cinco) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</li> </ul>
<b>Coordenador Técnico - Engenheiro</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos especializados para a emissão de laudo de avaliação de valor de bens; ou</li> <li>Cópia de pareceres, relatórios ou laudos de avaliação de valor de bens, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Engenharia Mecânica, que comprove formação mínima de 5 (cinco) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</li> </ul>
<b>Coordenador Técnico - Engenheiro</b>	
<b>Vínculo profissional</b>	Contrato Social da PROPONENTE, que demonstre a condição de sócio. Ata de nomeação, que demonstre a condição de diretor da PROPONENTE. Registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
<b>Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM, que comprove(m) que o profissional respondeu por serviços técnicos especializados para a emissão de laudo de avaliação de valor de bens; ou</li> <li>Cópia de pareceres, relatórios ou laudos de avaliação de valor de bens, emitidos e assinados pelo profissional indicado, de empresa com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM.</li> </ul>
<b>Formação e regularidade profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diploma - bacharel em Engenharia Elétrica, que comprove formação mínima de 5 (cinco) anos;</li> <li>Registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).</li> </ul>

(a) Empresas com características de porte e complexidade semelhantes à CPTM: sociedades anônimas, com patrimônio líquido mínimo de R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), e quadro mínimo de 3.500 (três mil e quinhentos) empregados.

(b) O contrato de prestação de serviços, para fins de comprovação do vínculo, deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos. Este registro só será exigido da PROPONENTE a qual for adjudicado o contrato para a execução serviços objeto do Edital, como condição de assinatura do termo de contrato.

b) A documentação comprobatória de que trata a alínea “a” deverá estar ordenada, com as páginas numeradas e referenciadas em sumário, e deverá ser apresentada pela PROPONENTE por ocasião da assinatura do contrato.

c) Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela PROPONENTE, fica reservada à CPTM a promoção de diligências necessárias, nos termos do artigo 17 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM. Assim a veracidade das informações prestadas e dos

documentos apresentados pela PROPONENTE é de sua responsabilidade, sujeitando-se a PROPONENTE e o profissional às sanções previstas nas legislações civil e penal. Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes, serão sempre por escrito; e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no Processo da Licitação.

- d) É de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE a apresentação das informações/comprovações requeridas de forma completa para um perfeito entendimento e juízo do Pregoeiro, podendo ser sanadas falhas meramente formais.

## **7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 7.1 Por se tratar de avaliação de bens para aporte de capital, a assinatura do contrato estará sujeita à aprovação pelos acionistas, conforme preconiza a Lei nº 6404, de 1976, *in verbis*:

*Art. 7º O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.*

*Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.*

*§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembleia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.*

- 7.2 Por fim, tendo em conta o fixado no artigo 263, II, da IN.RFB.2121/22 e do artigo 124, III, do Regulamento aprovado pela Decreto nº 6.759 de 2009, a efetivação da transferência à CPTM dos trens adquiridos do Consórcio Temoinsa Sifang por meio do Contrato STM/005/2017 será realizada após janeiro de 2025.

## **8. ANEXOS**

- 8.1 Cronograma Físico Financeiro;
- 8.2 Modelo - Disponibilidade de Profissionais;
- 8.3 Norma Implementadora CPTM NI. 01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Obras e Serviços.

## CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

[illegible]

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																																				
EVENTO	ENTREGAS ESPERADAS	ITENS DO ANEXO I	M1		M2		M3		M4		M5		M6		M7		M8		M9		M10		M11		M12		M13		M14		M15					
			1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q	1º Q	2º Q				
6. Emissão de Relatório Técnico e Laudo	Relatório Técnico descrevendo os critérios, a metodologia e os procedimentos que nortearam a avaliação e mensuração dos bens, acompanhado do Laudo de Avaliação de Valor dos 8 (oito) trens e peças sobressalentes, descritos no contrato STM/005/2017 da Tabela 1 do Anexo I - Termo de Referência.	5.3 e 5.4			2%																															
7. Emissão de Relatório Técnico e Laudo	Relatório Técnico descrevendo os critérios, a metodologia e os procedimentos que nortearam a avaliação e mensuração dos bens, acompanhado do Laudo de Avaliação de Valor dos ativos derivados das obras de fornecimento e instalação de vias permanentes e sistemas, descritos nos contratos na Tabela 2 do Anexo I - Termo de Referência.	5.3 e 5.4							30%																											
8. Assessoria em Reuniões Deliberativas referentes ao evento 6	a) Assessoria e Reuniões de Alinhamento	5.5			1%																															
	b) Assessoramento em Reunião de Diretoria Colegiada																			1%																
	c) Assessoramento em Reunião de Comitê de Auditoria Estatutário - CAE																			1%																
	d) Assessoramento em Reunião de Conselho Fiscal - CF																			1%																
	e) Assessoramento em Reunião de Conselho de Administração - CA																			1%																
	f) Assessoramento em Reunião com o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC																			1%																
	g) Assessoramento em Assembleia Geral (Acionista)																			1%																
9. Assessoria Técnica referente ao evento 7	Assessoria técnica, com emissão de parecer, a respeito do tratamento contábil a ser dispensado, pela STM e pela CPTM, especialmente no que tange aos lançamentos no SIAFEM, em relação ao aporte de capital em bens, cujos laudos de avaliação de valor tenham sido aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.	5.6																	2%																	
10. Conclusão Final	Relatório de ajuste de pendências, finalização dos trabalhos e encerramento do contrato.	5.7																										2%								

## **MODELO - DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS**

### **1 OBJETIVO**

Indicar a disponibilidade da equipe técnica a ser alocada na execução dos serviços objeto desta licitação.


### **2 PREENCHIMENTO**

O Modelo deverá identificar a equipe a ser alocada nos serviços.

DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS			
ITEM	NOME DO PROFISSIONAL	RELAÇÃO PROFISSIONAL X EMPRESA	
		VINC.	FUNÇÃO
DATA	NOME DA EMPRESA:	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	

VINC. 1 - AÇIONISTA  
2 - SÓCIO  
3 - FUNCIONÁRIO CLT  
4 - AUTÔNOMO



 <b>CPTM</b>	<b>NORMA IMPLEMENTADORA</b>	<b>Página: 1/8</b>
<b>Classificação: 01 - GESTÃO EMPRESARIAL</b>	<b>Vigência: 26/11/16</b>	<b>Nº NI.01/011</b>
<b>TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS</b>		

## 1. FINALIDADE

Estabelecer critérios relativos à inclusão nos Termos de Referência - TR, de cláusulas contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho e segurança operacional de empregados de terceiros que atuam nas dependências da CPTM, bem como, definir responsabilidades inerentes à execução, fiscalização e gestão destas condições durante a realização dos serviços e obras.

## 2. DISTRIBUIÇÃO

Todas as áreas da CPTM

## 3. DEFINIÇÕES

### 3.1. Termo de Referência - TR

Instrumento elaborado antes da contratação de um produto, serviço ou obra, onde são explicitadas com precisão as especificidades técnicas e características particulares do objeto contratual e, que integra o contrato a ser firmado pela CPTM.

### 3.2. Contratada

Empresa responsável pela execução do objeto contratual originado pelo TR, em conformidade total com as exigências pactuadas.

### 3.3. Gestor

Preposto designado a representar a CPTM perante a Contratada, de forma a garantir a consecução do Instrumento Contratual.

### 3.4. Fiscal

Empregado da CPTM indicado pelo Gestor ou empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, observados os aspectos técnicos e legais.

## 4. DIRETRIZES

### 4.1. Gerais

- a.) Cabe à CPTM apresentar diretrizes que devem ser cumpridas ao longo da prestação dos serviços ou da implantação de obras e equipamentos, por contratadas, supervisoras e gerenciadoras, em relação à saúde e segurança do trabalho de empregados de terceiros que atuem em suas dependências.
- b.) Cabe à empresa contratada para a realização dos serviços ou obras, a responsabilidade integral pela execução das atividades com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM e, em especial, ao conteúdo desta Norma Implementadora. Antes do início dos trabalhos, devem ser apresentados documentos que comprovem que a contratada cumpre integralmente as NR's de saúde e segurança do trabalho.
- c.) Cabe à empresa contratada como supervisora, além do acompanhamento de execução do objeto contratado, a verificação documental exigida para cumprimento de Normas Regulamentadoras, bem como, acompanhamento de campo do cumprimento das exigências relacionadas a saúde e segurança do trabalho, reportando ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade observada.
- d.) Cabe à empresa contratada para o gerenciamento, acompanhar o andamento geral dos

<b>Aprovação:</b>	<b>Data:</b>	<b>Versão: 02</b>
 Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente		



serviços ou obras em andamento, com planilhamento de informações, que subsidiem decisões da administração da CPTM.

- e.) A CPTM se exime de qualquer responsabilidade relacionada aos empregados da Contratada, no que se refere às regulamentações relativas à saúde e segurança do trabalho.
- f.) Para execução de projetos deve ser observado o Relatório Técnico AN 7572 - 9, que estabelece as exigências mínimas para a realização de projetos de novas instalações ou reformas.
- g.) O Gestor do contrato ou seus representantes devem manter frequente contato com a Contratada de forma a garantir a fluência dos serviços.
- h.) A Contratada deve adotar medidas internas ou externas aos locais de trabalho visando eliminar qualquer possibilidade de riscos de acidentes.
- i.) As placas informativas instaladas pela Contratada devem estar de acordo com os modelos definidos pela CPTM.

## **5. CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS**

### **5.1. Do Programa de Trabalho**

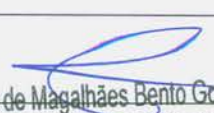
- a.) A Contratada deve responsabilizar-se para que os serviços ou obras sejam executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, destinadas à saúde e segurança do trabalho e demais disposições estabelecidas por legislação federal, estadual, municipal e instrumentos normativos de órgãos técnicos oficiais.
- b.) A Contratada deve manter um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado na Superintendência Regional do Trabalho, assim como uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, sempre que suas características assim o exigir. Deve indicar um profissional responsável pelo serviço especializado, para entendimentos com a CPTM, apresentando o respectivo comprovante de recolhimento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
- c.) Na desobrigatoriedade legal de exigência do SESMT, cujos serviços envolvam riscos ambientais (físicos / químicos / biológicos / ergonômicos e de acidentes), a empresa contratada deve designar um responsável técnico, com o devido recolhimento de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, para os assuntos de saúde e segurança do trabalho a serem praticados nas dependências da CPTM.
- d.) A Contratada deve obedecer às determinações da segurança operacional no tocante ao acesso às áreas operacionais ou de tráfego de trens.
- e.) As recomendações da CPTM devem ser registradas no diário da obra e prontamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da Contratada.

### **5.2. Do Plano de Trabalho**

As empresas contratadas devem apresentar previamente ao início dos serviços um Plano de Trabalho contendo, no mínimo, etapas da obra/serviço e aspectos de saúde e segurança do trabalho para cada fase, além da declaração que vai atender todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho conforme estabelecido na legislação vigente, os seguintes itens:

#### **5.2.1. Ordens de Serviço referente a NR1**

A Emissão de Ordens de Serviço, referentes à segurança e medicina do trabalho, deve obedecer aos termos da NR 1, com os seguintes objetivos:

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**



- Informar sobre a possibilidade de punição pelo descumprimento das Ordens de Serviços expedidas e divulgadas;
- Prevenir atos inseguros no desempenho dos trabalhos;
- Divulgar aos empregados as obrigações e proibições durante a execução dos trabalhos;
- Definir procedimentos para casos de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- Adotar medidas visando eliminar ou neutralizar a insalubridade e condições inseguras.

**5.2.2. Treinamentos Obrigatórios**

- a.) A Contratada deve, nas funções e atividades que exijam empregados com habilitação específica obrigatória por lei, disponibilizar para a fiscalização, cópias da documentação que comprove o fato.

**5.2.3. Equipamentos de Proteção Individual - EPI**

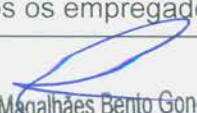
- a.) Cabe a Contratada fornecer aos seus empregados EPI's adequados aos riscos de cada atividade, dentro do que determina a NR 6 da Portaria 3.214/78 do MTE, bem como obrigar e fiscalizar o respectivo uso.
- b.) Os empregados em serviço devem estar devidamente uniformizados, usando coletes de alta visibilidade, portando crachás de identificação e usando os EPI's necessários. Caso contrário, não é permitido sua permanência no local do trabalho. Para atividades noturnas e em túneis deve haver iluminação adequada e cada empregado deve portar, no mínimo, colete reflexivo.
- c.) A Contratada deve manter registro da entrega e devolução dos EPI's aos seus empregados, para efeito de fiscalização do SESMT da CPTM e da Superintendência Regional do Trabalho.
- d.) No plano de trabalho deve constar a relação de EPI's e EPC's a serem utilizados durante a execução dos serviços / obra.

**5.2.4. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA**

- a.) A Contratada deve apresentar à CPTM o documento base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, elaborado nos moldes na NR 9 da Portaria 3.214/78 do MTE e suas atualizações.

**5.2.5. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO**

- a.) O PCMSO apresentado pela Contratada deve ser elaborado nos moldes da NR 7, sendo específico para o respectivo contrato de prestação de serviços e atualizado ao longo do período contratual.
- b.) No PCMSO deve constar, obrigatoriamente: relatório anual discriminado por setores da empresa relacionados ao contrato, número e natureza dos exames médicos, avaliações clínicas e exames complementares, estatística de resultados considerados anormais, bem como, planejamento para o próximo ano, visando evidenciar ou atestar a realização dos exames necessários ao desenvolvimento do programa. Todas as folhas do PCMSO devem ser vistas pelo médico responsável pela elaboração e implementação do Programa.
- c.) É obrigatória a emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, nos seguintes casos: admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho ou demissão do empregado. O processo deve contar com as seguintes etapas:
1. Realizar exames complementares compatíveis com a natureza dos riscos a que estão expostos os empregados que prestarão serviços.

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**



2. Realizar exame clínico avaliando os resultados dos exames complementares e a compatibilidade com os trabalhos a serem executados, bem como, qualquer outra moléstia ou condição pré-existente.
3. Entregar cópia do ASO de cada empregado que atue nas dependências da CPTM.
4. Observar a periodicidade do exame médico e complementar, conforme estabelecido no PCMSO e, entregar os ASO atualizados.
5. Manter cópia do ASO no local de prestação do serviço para efeito de fiscalização pelos órgãos públicos competentes ou SESMT da CPTM.

**5.2.6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA**

- a.) A Contratada deve encaminhar ao Gestor da CPTM, as atas de eleição, instituição e posse da CIPA, juntamente com o calendário anual de reuniões ordinárias e manter cópias das atas, devidamente assinadas, para eventual fiscalização. Caso seja desobrigada de constituir CIPA, a Contratada deve designar formalmente um representante para as questões de segurança e saúde, conforme disposto na NR 5.

**5.2.7. Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ**

- a.) A Contratada deve manter disponível no local de trabalho e à disposição de todos os trabalhadores, as FISPQ's dos produtos químicos por ela utilizados. Cabe a Contratada implementar medidas de controle de riscos previstas na FIPQ's e orientar os empregados no que se refere às ações em situações de emergência.

**5.2.8. Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT**

- a.) Quando da ocorrência de acidente de trabalho, a Contratada deve emitir Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, conforme prevê a legislação e enviar cópia ao Gestor do Contrato. Casos de acidentes graves ou fatais devem ser imediatamente comunicados ao Gestor do contrato. Na seqüência são providenciadas: a emissão da CAT, relatórios sobre encaminhamentos realizados, relatório de análise de acidente e cópia da ata de reunião extraordinária da CIPA.


**5.2.9. Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho**

- a.) A Contratada deve manter as áreas de trabalho e armazenamento em condições de limpeza, higiene, organização e segurança, observando:
1. Locais para passagem e trânsito de usuários da CPTM, terceiros e colaboradores claramente definidos, sinalizados, desobstruídos e seguros.
  2. Locais apropriados e sinalizados para armazenagem/depósito de produtos/materiais.
  3. Armazenamento adequado e sinalizado para produtos combustíveis e líquidos inflamáveis, conforme NR 20 e NR 26.
  4. Espaço designado e sinalizado para descarte de lixo ou resíduos.
  5. Preservar os materiais de sua propriedade ou da CPTM, distribuídos ao longo das frentes de serviço, no sentido de evitar acidentes e/ou transtorno ao tráfego.
- b.) A Contratada deve realizar o transporte de empregados em veículos apropriados e isentos de riscos.
- c.) A Contratada deve disponibilizar aos empregados que atuam nas dependências da CPTM recursos de sanitários e vestiários, conforme NR 24.
- d.) Quando solicitado pela CPTM, a Contratada deve disponibilizar o Laudo Ergonômico, visando atender a fiscalização dos órgãos competentes, conforme NR 17.

**5.2.10. Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT**

- a.) A Contratada atuante na área da indústria da construção civil deve apresentar à CPTM,

Aprovação:

  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



o Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT específico das atividades a serem desenvolvidas.

**5.2.11. Laudos**

- a.) Para atividades que envolvam riscos com energia elétrica, inflamáveis e/ou agentes insalubres, a contratada deve apresentar os respectivos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade.

**5.2.12. Paralisação dos Serviços**

- a.) O não cumprimento, por parte da Contratada, das recomendações decorrentes das fiscalizações pode acarretar na interrupção ou cancelamento dos trabalhos ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecidas em contrato ou legislação vigente.
- b.) Se constatadas transgressões à legislação ou risco iminente à saúde e segurança dos empregados, cabe a Contratada prontamente corrigir ou restabelecer as condições adequadas, sem as quais os trabalhos não são reiniciados.
- c.) Os custos de paralisação das obras/serviços, no que se refere a segurança do trabalho, correm por conta da Contratada.

**5.2.13. Plano de Atuação em Situações de Emergência**

- a.) Deve ser apresentado um Plano de Atuação em Situações de Emergência devendo conter telefones e endereços de serviços de saúde para eventuais atendimentos aos acidentados, bem como, grau de risco identificado e ações a serem adotadas pelos envolvidos.

**5.2.14. Comprovação Documental**

- a.) As empresas contratadas devem apresentar documentos comprobatórios dos itens constantes do Plano de Trabalho, exceto para os itens 5.2.1, 5.2.7, 5.2.8, 5.2.9, 5.2.11 e 5.2.12 desta norma, que deverão ser apresentados em data posterior, de comum acordo com o gestor.

**6. RESPONSABILIDADES****6.1. Área Solicitante**

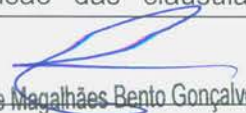
- a.) Prever no TR os aspectos de saúde e segurança trabalho e segurança operacional que devem constar nos Contratos.
- b.) Definir padrão de trabalho a ser seguido pela Contratada, prevendo horários adequados à realização dos serviços, visando minimizar interferências na operação.
- c.) Incorporar ao TR, informações adequadas às especificidades dos serviços, obras ou montagens, de forma a garantir que os contratos contenham cláusulas referentes a saúde e segurança do trabalho e segurança operacional.
- d.) Providenciar encaminhamento do TR, à Gerência de Contratações e Compras para início do processo licitatório.
- e.) Após assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, o plano de trabalho apresentado pela Contratada deve ser verificado, observando as cláusulas incluídas no TR / Contrato, constantes desta Norma.

**6.2. Segurança do Trabalho**

- a.) Definir as diretrizes que devem ser cumpridas por contratadas de serviços e obras, que tenham empregados atuando nas dependências da CPTM.
- b.) Assessorar a Gestores e Fiscais de contratos de serviços e obras, quando solicitado.

**6.3. Gerência de Contratações e Compras**

- a.) Viabilizar a inclusão das cláusulas relativas à segurança trabalho e segurança

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**

operacional nos instrumentos contratuais e no decorrer do processo licitatório, conforme previstos no TR.

**6.4. Gestor**

- a.) Instruir o fiscal ou a empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, sobre os aspectos de segurança do trabalho e segurança operacional previstos nos contratos e passíveis de fiscalização.
- b.) Paralisar a realização de serviços ou obras, quando as atividades gerarem qualquer tipo de risco ou dano à saúde e integridade dos trabalhadores, exigindo a correção imediata por parte da Contratada e aplicando as sanções cabíveis.
- c.) Impor restrições de pagamento se descumprida a legislação atinente à saúde e segurança do trabalho, bem como, o conteúdo desta Norma Implementadora para a realização do objeto contratado.

**6.5. Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização**


- a.) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada.
- b.) Realizar inspeções sistemáticas dos serviços, verificando o cumprimento do plano de trabalho e demais determinações específicas da CPTM.
- c.) Verificar documentos relativos à saúde e segurança do trabalho, bem como, realizar a fiscalização de campo sobre os ambientes e demais condições relativas ao assunto.
- d.) Comprovar a adoção de procedimentos de saúde e segurança do trabalho durante a execução da obra ou serviço, verificando se a contratada está cumprindo o plano de segurança, fiscalizando o uso de EPI's, aplicando treinamentos previstos em NR, etc.

**7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a.) Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor Presidente, por proposição da Gerência de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos - GRH.
- b.) Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.

**8. ANEXOS**

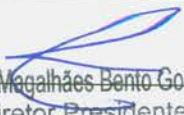
Anexo I - Controle de Versões

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**




**8.1. Anexo I - Controle de versões**

<b>Versão</b>	<b>Data</b>	<b>Pág.</b>	<b>Motivo</b>
01	04/05/09	Todas	Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.
02	26/11/16	2 e 5	Adequação do Item 5.2.

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**

**9. ÍNDICE**

<b>1. FINALIDADE .....</b>	<b>1</b>
<b>2. DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>3. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>1</b>
3.1. Termo de Referência - TR .....	1
3.2. Contratada .....	1
3.3. Gestor .....	1
3.4. Fiscal .....	1
<b>4. DIRETRIZES .....</b>	<b>1</b>
4.1. Gerais .....	1
<b>5. CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS .....</b>	<b>2</b>
5.1. Do Programa de Trabalho .....	2
5.2. Do Plano de Trabalho .....	2
5.2.1. Ordens de Serviço .....	2
5.2.2. Treinamentos Obrigatórios .....	3
5.2.3. Equipamentos de Proteção Individual - EPI .....	3
5.2.4. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA .....	3
5.2.5. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO .....	3
5.2.6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA .....	4
5.2.7. Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ .....	4
5.2.8. Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT .....	4
5.2.9. Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho .....	4
5.2.10. Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT .....	4
5.2.11. Laudos .....	5
5.2.12. Paralisação dos Serviços .....	5
5.2.13. Plano de Atuação em Situações de Emergência .....	5
5.2.14. Comprovação Documental .....	5
<b>6. RESPONSABILIDADES .....</b>	<b>5</b>
6.1. Área Solicitante .....	5
6.2. Segurança do Trabalho .....	5
6.3. Gerência de Contratações e Compras .....	5
6.4. Gestor .....	6
6.5. Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização .....	6
<b>7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>6</b>
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>6</b>
8.1. Anexo I - Controle de versões .....	7
<b>9. ÍNDICE .....</b>	<b>8</b>

**Aprovação:**  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente**Data:****Versão: 02**

**ANEXO II**  
**Proposta da CONTRATADA**



**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - PE22023**  
**PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO - PE22023**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**1. SERVIÇOS**

**1.1** A presente proposta refere-se à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM.**

**1.2** Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico - PE22023 e seus anexos.

**2. PREÇOS**

**2.1** O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta cinco mil reais), data-base abril/2024.

**2.2** No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

### 3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de **15 (quinze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em até **05 (cinco) dias** da data da assinatura do contrato.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

### 4. DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>.

São Paulo, 22 de abril de 2024

**Wellington  
Rocha**

Assinado de forma  
digital por Wellington  
Rocha  
Dados: 2024.04.22  
10:07:53 -03'00'

Wellington Rocha  
Diretor Presidente  
RG nº 4.310.090

46.359.865/0001-40

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas  
Contábeis, Atuariais e Financeiras

Rua Maestro Cardim, 1170  
Bela Vista - CEP: 01323-001  
SÃO PAULO - SP

**ANEXO III**

**Planilha de Quantidades e  
Preços Propostos**



PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO TOTAL (R\$)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DACOMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APOORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM.	1	GL	785.000,00
TOTAL				785.000,00

Assinado de forma digital por  
Wellington Rocha  
Dados: 2024.04.22 10:10:06 -03'00'

Wellington Rocha  
Diretor Presidente  
RG nº 4.310.090

São Paulo, 22 de abril de 2024.



**ANEXO IV**

**Cópia da Declaração de Ciência e  
Responsabilidade**

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - PE22023**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu, Welington Rocha, Diretor Presidente, portador do CPF sob nº 559.900.108-34 e RG 4.310.090 SSP/SP, representante da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPCAFI ("Fundação"), inscrita no CNPJ sob nº. 46.359.865/0001-40, na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 22 de abril de 2024

**Welington  
Rocha**

Assinado de forma digital  
por Welington Rocha  
Dados: 2024.04.22  
11:57:43 -03'00'

Welington Rocha  
Diretor Presidente  
RG nº 4.310.090

**46.359.865/0001-40**  
FIPCAFI - Fundação Instituto de Pesquisas  
Contábeis, Atuariais e Financeiras

**ANEXO V**

**Termo de Ciência e de Notificação**



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratações E Compras Por Meio Eletrônico**

**Contrato**

**ANEXO V**

**CONTRATO PE22023-01**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

**CONTRATADA:** FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPECAFI

**CONTRATO:** PE22023-01

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EMISSÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE VALOR COM FUNDAMENTAÇÃO DE CUNHO CONTÁBIL E SOCIETÁRIO, ACOMPANHADO DE PARECER TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE E AS CONDIÇÕES PARA PROCEDER SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, POR MEIO DE APORTE DE CAPITAL EM BENS E PARA A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO SOBRE SALDO CONTÁBIL REMANESCENTE, AMBOS INCLUINDO A DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS A SEREM ADOTADOS PARA A SUA DESTINAÇÃO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - STM E NA CPTM.

**ADVOGADO(S) Nº OAB/E-MAIL:** CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ / OAB Nº 182.311 / e-mail: caio.forjaz@cptm.sp.gov.br e RAFAEL TONIATO MANGERONA / OAB Nº 213.777 / e-mail: rafael.mangerona@cptm.sp.gov.br.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das



manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

## **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Presidente Interina

CPF: 003.938.371-73

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Presidente Interina

CPF: 003.938.371-73

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 003.938.371-73

Nome: JOSÉ MARCOS MIZIARA FILHO

Cargo: Diretor de Planejamento e Novos Negócios

CPF: 046.031.636-22

Nome: MÔNICA MARTINS DE ARAUJO

Cargo: Gerente de Controle Fiscal e Contábil

CPF: 089.716.958-11

**Pela contratada:**

Nome: WELINGTON ROCHA

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 559.900.108-34

Nome: MÁRCIO LUIZ BORINELLI

Cargo: Diretor Administrativo Financeiro

CPF: 695.759.329-00

**RESPONSÁVEL POR AÇÕES DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

**Gestor do contrato:**

Nome: MÔNICA MARTINS DE ARAUJO

Cargo: Gerente de Controle Fiscal e Contábil

CPF: 089.716.958-11

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Presidente Interina

CPF: 003.938.371-73



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Rocha, Usuário Externo**, em 02/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Luiz Borinelli, Usuário Externo**, em 06/08/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Marcos Miziara Filho, Diretor**, em 09/08/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges, Diretor**, em 09/08/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Martins De Araujo, Gerente**, em 12/08/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0026890904** e o código CRC **AB8803A5**.